

RESOLUÇÃO CMAS Nº 16/2021

Em conformidade com o Decreto Municipal Nº 28, de 28 de junho de 2021 que trata da situação de emergência e das providências nas áreas residências afetadas no município, pela tempestade Local/conectiva vendaval, combinado com as Atas dos Conselhos CMAS e CMHIS, vimos tratar sobre os beneficiários das habitações (6x7 casa de madeira).

Art. 1º As famílias beneficiadas serão as seguintes:

Clarinda Pinheiro de Campos sob CPF 494.142.670-34

Iraci Soares Vieira , sob CPF: 955.532.400-00

Thais dos Santos sob CPF 036.770.960-06

Valdir Antônio Cazarotto , sob CPF: 568.140.110-34

CRITÉRIOS PARA AS FAMÍLIAS COM PERDA TOTAL

Art. 2º As Famílias que foram selecionadas com perda total, como o benefício das habitações, ficam responsável pelo prazo de (10) anos, não vender ou desfazer-se da moradia reconstruída/ recebida. Será de sua responsabilidade aquisição de condições habitacionais. Fica vedado acesso a outros Programas e Auxílios municipal habitacional por este período. Será revisto casos de possíveis calamidades pública para serem definidas junto ao Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS.

Art. 3º Caso venham desfazer-se da moradia. Serão priorizados, demandas habitacionais que ainda não foram beneficiadas em programas habitacionais.

Art. 4º A família deverá construir a habitação no terreno que havia a antiga destruída pelo vendaval ou nas proximidades. Conforme suas necessidades. Será de responsabilidade da família, receber mediante termo e cuidar de todo o material distribuído pela administração, ainda o poder público ira fiscalizar/acompanhar a construção e andamento da obra até sua conclusão.

Art. 5º As famílias incluídas terão como contrapartidas viabilizar por conta própria a instalação elétrica de suas moradias, Mão de obra e material para o módulo sanitário. Contribuir na construção da moradia, buscar parcerias de pessoas voluntárias para mutirão da construção habitacional.

Art. 6º Será da competência da Secretaria Municipal de Assistência Social e Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Coordenação processo de acesso ao Direito Habitacional com as famílias, mobilizar as reuniões, visitas domiciliar e documentação e

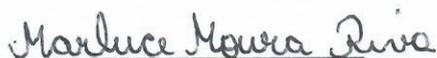
parecer social. Em conjunto com o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS e Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

Art. 7º A Secretaria Municipal de Obras, irá efetuar o serviço de terraplanagem, e fossa séptica, com a supervisão e acompanhamento do serviço do engenheiro municipal.

Art. 8º Em caso de constatar-se que o material distribuído seja usado em outra finalidade fora da definida nesta resolução, fica o poder público municipal autorizado a tomar as medidas administrativas e judiciais cabíveis.

Art. 9º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sagrada Família RS 07 de Outubro de 2021.



Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Sagrada Família RS

Marluce Moura Riva